



À

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**  
**SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 2ª SR/SL**

**REFERÊNCIA: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024**

**PROCESSO Nº 59520.001285/2024-55-e**

**LICITARE PRODUTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.641.075/0001-17, com sede na Rua do Comércio, 1055, Centro, na cidade de Taquaruçu do Sul/RS, por intermédio de seu diretor abaixo assinado, vem respeitosamente impetrar a devida **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2024, com base nos fatos e fundamentos que passa a descrever.

## **1. DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme edital do Pregão Eletrônico 90009/2024, a sessão pública está prevista para abertura na data de 30/08/2024, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 164, parágrafo único Lei Nº 14.133/21, e item 5 do edital, qual seja, até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

## **2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O respeitável julgamento da impugnação administrativa aqui apresentada recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a IMPUGNANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão.



### 3. DOS FATOS

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, por intermédio de sua Secretaria de Licitações e Contratos – 2ªSR/SL publicou processo de licitação com o seguinte objeto: 1.1. Sistema de Registro De Preços – SRP, de Reservatórios de Água, para uso em Sistemas de Abastecimento de Água, Arranjos Produtivos Locais e Múltiplo Uso, visando atender demandas de Municípios, Associações, Cooperativas e de outras Ações na Área de Atuação da Codevasf, no Estado da Bahia, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional da Codevasf. No entanto, no edital consta a ausência da cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, nos seguintes itens 1 e 2 do Pregão Eletrônico conforme na planilha abaixo retirada do próprio edital.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data Base: junho/2024

Item	Base	Código CATMAT	Descrição	Und	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Reservatórios - Polietileno							
1	Painel de Preços/Cotação	353858	Caixa d'água de polietileno com tampa e capacidade para 5.000 litros e logomarca da CODEVASF.	und.	14.000	1.766,89	24.736.460,00
2	Painel de Preços/Cotação	357603	Caixa d'água de polietileno com tampa e capacidade para 10.000 litros e logomarca da CODEVASF.	und.	1.000	2.811,77	2.811.770,00
TOTAL GERAL ORÇADO							27.548.230,00

Os itens do presente edital tratam-se de bens de natureza divisível, no entanto, não houve destinação de itens para contratação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, contrariando o determinado no DECRETO Nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, conforme previsto na regulamentação da Lei 123/2006.

### 4. DOS FUNDAMENTOS

**Licitare, Produtos Materiais e Serviços Ltda • CNPJ: 18.641.075/0001-17**

Rua do Comércio, 1055 • Centro • CEP: 98410-000 • Taquaruçu do Sul/RS • Tel. (55) 3739-1206

[licitacao@licitare.com.br](mailto:licitacao@licitare.com.br) • [comercial@licitare.com.br](mailto:comercial@licitare.com.br)

[www.licitare.com.br](http://www.licitare.com.br)



De acordo com o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, é obrigatória a realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

*Lei 123/06 - Art. 48*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);  
III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, **cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.** (grifei)*

Ainda, o DECRETO Nº 8.538/2015 no Art 9º prevê:

*Art. 9º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º :*

*I - será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item;*

Considerando que o objeto licitado se trata de bens de natureza divisível, cujo valor ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a regra é clara quanto a determinação de ser destinada uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas. A aplicação dos instrumentos de fomento dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 é obrigatória à Administração Pública, tendo em vista o objetivo principal da criação desta Lei, a qual busca fomentar o desenvolvimento e a competitividade de Micro e Pequenas Empresas e de Microempreendedores Individuais como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

A Codevasf orienta suas atividades baseadas no mesmo princípio, de fomentar as vocações e potencialidades locais, a fim de contribuir para a “melhoria de vida e desenvolvimento socioeconômico na sua área de atuação, por meio da execução direta ou de parcerias, de expressivo número de ações relacionadas, principalmente, ao desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização de bacias

**Licitare, Produtos Materiais e Serviços Ltda • CNPJ: 18.641.075/0001-17**

Rua do Comércio, 1055 • Centro • CEP: 98410-000 • Taquaruçu do Sul/RS • Tel. (55) 3739-1206

[licitacao@licitare.com.br](mailto:licitacao@licitare.com.br) • [comercial@licitare.com.br](mailto:comercial@licitare.com.br)

[www.licitare.com.br](http://www.licitare.com.br)



hidrográficas, estruturação de atividades produtivas e oferta de água para garantia da segurança hídrica”, de acordo com apresentação da própria Companhia no site institucional.

Desta forma, fica evidente a necessidade da promoção e desenvolvimento das pequenas empresas, pleiteada sobretudo pelo órgão administrador, que reconhece a necessidade de promoção social dos pequenos produtores, bem como de toda a cadeia produtiva de pequeno porte.

Os benefícios trazidos pela Lei 123/06 são indiscutíveis. Após a sua criação houve o aumento gradativo da participação de pequenas empresas no mercado nacional, ampliando a competitividade e favorecendo o desenvolvimento e criação de novas empresas em todos os setores da economia. Ou seja, a Lei tem alcançados os objetivos de sua proposição, ampliando o espaço para a participação de micro e pequenos empreendedores no âmbito das compras governamentais.

Deixar de executar este benefício tão importante concedido pela Lei, significa afastar as pequenas empresas, que, de forma gradual, vem ganhando espaço e possibilidade de competição nas modalidades licitatórias. Afastar os pequenos empreendedores, por sua vez, é notoriamente contraditório aos valores e princípios da própria organização, que em suas atividades busca a valorização dos pequenos produtores.

Ainda, importante destacar que a Codevasf adota de forma pacífica em suas licitações a correta aplicação da legislação, destinando cota reservada de 25% para pequenas empresas, inclusive em pregões eletrônicos deste mesmo objeto (reservatórios d’água). A adoção da prática em conformidade ao exigido na Lei 123/06 é usual nos processos de compra de todas as secretarias regionais, não havendo portando justificativa para excluir o benefício em um processo específico, já que, o produto licitado é classificado como bem divisível e, por assim ser, fica determinada a sua cota reservada nos procedimentos licitatórios desta instituição, conforme preconiza a Lei.

A justificativa apresentada, de que os próprios fabricantes vêm ao longo dos anos consagrando-se como vencedores dos itens de reservatório, corrobora com a necessidade de destinação desta pequena parcela de 25% para ME e EPP, como única forma de possibilitar o ingresso destas empresas no setor. Embora, de fato represente uma contratação com preço superior, esta diferença não representa a parcela significativa da contratação, mas, por outro lado, é vista como um investimento no desenvolvimento dessas empresas, que são fundamentais para a economia.

Não há outra forma de promover o crescimento e a competitividade entre as empresas de pequeno porte se não dando a elas espaço e oportunidade para se inserir no mercado. Assim, destinar um percentual de cota reservada para pequenas empresas, mesmo que seja a menor parcela da contratação,



torna-se a maneira mais eficiente do órgão público, buscar o equilíbrio entre a economicidade e o cumprimento das políticas de fomento ao setor de ME e EPP. Isso pode incluir a análise de custos-benefícios a longo prazo, o impacto social e econômico, e o incentivo ao crescimento dessas empresas para que, eventualmente, elas possam oferecer preços mais competitivos.

Fica absolutamente claro que este edital merece reforma, corrigindo o instrumento, observando a cota reservada às micro e pequenas empresas, conforme a legislação vigente. Em face do exposto, requer-se seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL para dar-lhe provimento para retificação dos itens, reservando uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas, determinando a republicação do Edital, eivado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do art. 55, da Lei nº 14133/21.

## 5. DO PEDIDO

Tendo em vista os fundamentos expostos, a presente licitação fere o princípio da legalidade, pois não preparou o edital de acordo com a legislação vigente das ME e EPP. Desta forma, solicitamos que os atos viciados sejam corrigidos, suspendendo a licitação para adequação dos itens licitados, destinando a cota de 25% para ME/EPP nos itens 1 e 2, conforme preconiza a legislação vigente, com posterior republicação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Taquaruçu do Sul, RS, 27 de Agosto de 2024.

---

Márcio Gambin